CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ATA N.º 06/2016

-------Ata da reunião ordinária realizada aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e dezasseis. ----------

-------Aos vinte e três dias do mês de março de dois mil e dezasseis, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Município, a Câmara Municipal de Manteigas, sob a Presidência do Senhor Vice-Presidente da Câmara, José Manuel Saraiva Cardoso, encontrando-se igualmente presentes os Vereadores, Senhores Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, António José Ascenção Fraga e Paulo Jorge Ribeiro Estrela. ----------

-------O Senhor Presidente, José Manuel Custódia Biscaia, estava ausente, por se encontrar numa reunião de crucial importância da CIM-BSE – Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.----------

-------Sendo cerca das catorze horas e trinta minutos, o Senhor Vice-Presidente da Câmara declarou aberta a reunião. ----------

-------De conformidade com o art.º 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a ordem do dia estabelecida para a presente reunião inclui os seguintes assuntos:----------

1. **Aprovação da ata da reunião anterior.**
2. **Intervenção do público.**
3. **Período Antes da Ordem do Dia.**
4. **Ordem do Dia.**
   - 4.1. **Aprovação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Câmara Municipal de Manteigas.**
   - 4.2. **Pedido de isenção de taxas administrativas de utilização do auditório do Centro Cívico, formulado pelo Agrupamento Escolas de Manteigas, para a realização da Palestra de Holografia.**
   - 4.3. **Pedido de isenção de taxas administrativas de utilização do auditório do Centro Cívico, formulado pelo Agrupamento Escolas de Manteigas, para a realização da peça de teatro "Ai Inês".**
   - 4.4. **Deliberação sobre o exercício do direito de preferência acerca da proposta na alienação de ações próprias, formulada pela Águas de Lisboa e Vale do Tejo.**
   - 4.5. **Aprovação da proposta de Protocolo de Colaboração com o Condomínio do Prédio nº 17, da rua Dr. Sobral.**

4.6. Deliberação sobre o ofício referencia 815, datado de 10-03-2016, do Município de Carregal do Sal, referente à alienação da sociedade Municipia, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A..

4.7. Conhecimento dos Ajustes Diretos iniciados no mês de fevereiro de 2016.

Aprovação da ata da reunião anterior. ----------

------ Achada conforme, a ata da reunião anterior foi aprovada, por unanimidade, dispensando-se a sua leitura, devido ao facto do respetivo texto ter sido, previamente, distribuído. ----------

Intervenção do público. ----------

------ Encontrava-se presente o Senhor José da Cruz Paixão, que começou por cumprimentar os presentes e referiu que já publicou quatro obras literárias, todas nas segundas edições, três das quais já nas livrarias. Expressou a sua satisfação pelo sucedido e agradeceu a importante mas não determinante colaboração dos Órgãos Autárquicos que também contribuíram para que isso acontecesse. ----------

À semelhança do que fez nas edições anteriores, como manifestação do seu agradecimento, ofereceu um livro a cada Membro do Executivo, intitulado "Religião, Guerra e Paixão" e autografado. A oferta também contemplou um DVD com a gravação do evento de apresentação do livro. ----------

Prosseguiu dizendo que há cerca de um ano, esteve com uma exposição no Museu de Lanifícios, na Covilhã, e estabeleceu uma relação com os coordenadores daquela estrutura, que se aperceberam do trabalho que desenvolveu ao longo da sua vida. Foi convidado para dar algum contributo, que se efetivou numa ajuda na catalogação de trabalhos de lanifícios, hoje conhecidos por Tartãs, mas na época em que se formou denominavam-se Clãs (padrões axadrezados de lã). ----------

Continuou dizendo que, decorrente do trabalho de catalogação, apercebeu-se que havia muitos que mereciam ser expostos. Sugeriu que fosse feita uma exposição dos Tartãs no Museu de Lanifícios da Covilhã, ideia que foi logo aceite pelos Coordenadores do Museu, a Senhora Dra. Helena Correia e o Senhor Professor Dr. António dos Santos Pereira. Após a concretização da exposição, sugeriu que a mesma acontecesse em Manteigas, visto que também foi terra de lanifícios. A exposição realizou-se, ajudou na montagem da mesma e, na abertura oficial, esteve presente a Dra. Helena Correia que frisou que há autarquias e empresas que desenvolveram uma padronagem própria de Tartãs, a fim de se promoverem, que poderia ser registada num instituto, na Escócia, cujo nome não se recordava, onde se faz a aprovação dos Tartãs. Foi desafiado para colaborar no sentido de fazer um Tartã para o Município de Manteigas e, estava então a apresentar os estudos, baseados nas cores do Concelho (consultou o brasão): o preto (interpreta-o como sendo as montanhas, as rochas e as sombras); o amarelo (como sendo o

despertar da Primavera, da floração das giestas amarelas); o azul (como sendo o Céu); e o cinzento claro (como sendo a água). Fez três padrões de xadrez e deixa ficar a ideia a fim de ser, ou não, desenvolvida. De seguida, teceu uma explicação técnica sobre os estudos dos tecidos que estava a exibir. ----------

Prosseguiu dizendo que o objetivo final do trabalho apresentado é ajudar a promover e a homologar os produtos da Região, aliá-lo ao desenvolvimento das indústrias, implicando a tecelagem e o prestígio que dará à autarquia através da homologação. ----------

Finalizou dizendo que está recetivo a outras ideias e que o Senhor Presidente assistiu à conversa havida na abertura da exposição. ----------

-------O Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho referiu que, segundo entendeu, o que se pretende é que, em função de um trabalho já desenvolvido que teve como objetivo (pelo que transmitiu a comunicação social) promover também os têxteis no Concelho de Manteigas, onde também se produziam, com padrões baseados numa tradição internacional dos têxteis escoceses, os Tartãs. O que se pretende é criar um padrão próprio, à semelhança do que acontecia na Escócia em que cada padrão correspondia a um clã, uma família escocesa. Em Manteigas, não se tratará de uma família escocesa, mas existe uma tradição muito grande na área dos têxteis que pode vir a desenvolver um padrão do Concelho e que pode estar no mercado, potenciando em termos económicos com a eventual produção dos tecidos e, acima de tudo, identificando o Concelho de Manteigas com um determinado padrão, definindo-o como a sua marca. ----------

De seguida, perguntou sobre se o Senhor José Paixão pretende que a Câmara apoie esta iniciativa e, tendo em conta que havia dito que o Senhor Presidente da Câmara estava ao corrente deste desafio que lhe foi proposto, se ele estava à espera do trabalho. ----------

-------O Senhor José da Cruz Paixão disse que esperava que a Câmara tomasse em mão este processo para depois, através dos agentes económicos, procurar o desenvolvimento e que o Senhor Presidente estava ao corrente e que havia dias atrás, lhe tinha falado sobre o mesmo.----

Aditou que este padrão pode ser feito em vários tecidos de várias texturas, não ficando somente restringido à lã.----------

-------O Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho referiu que, o que se pretende é que a Câmara seja a promotora deste projeto e, se já há conversas anteriores e compromissos assumidos de forma verbal, por que não envolver, também, a indústria de Manteigas numa primeira experiência, na conceção do tecido, para perceber como ele funciona. Pensa que haverá certamente mercado e ainda por cima, com a possibilidade de ser feito noutros tecidos, de outras texturas. O que se pretende é que se fomente o fabrico de tecido, com uma marca própria e com a marca de Manteigas. Isso pode vir a contribuir para incrementar a recuperação

dos têxteis em Manteigas. Oxalá haja instalações ainda nas antigas instalações da Sotave, espaço para que eventuais novas empresas se possam vir a fixar, com a criação de postos de trabalho. Se assim acontecer, isso é ótimo. Considera-o um projeto extremamente interessante. Pensa que em Manteigas há empresários que podem dar a sua opinião e direcionar o projeto para o mercado. Do seu ponto de vista, pensa que é um projeto que deve ser agarrado "*com unhas e dentes*". ----------

------ O Senhor José da Cruz Paixão colocou-se ao dispor para continuar a dar o seu contributo para este projeto, ou outros, que julgarem pertinentes para o bem do Município.----------

------ O Senhor Vice-Presidente agradeceu a disponibilidade criativa do Senhor José Paixão e o desafio que coloca à Câmara Municipal.----------

Prosseguiu dizendo que o Senhor Presidente ainda não lhe tinha transmitido o assunto pois estaria, provavelmente, a aguardar algum desenvolvimento sobre o que falaram em privado. Dar-lhe-á nota do trabalho que já existe e, certamente, não se ficará neste estágio e avançar-se-á para outros, envolvendo outros intervenientes. Todos estão preocupados em arranjar algo que crie riqueza no Concelho.----------

Estendeu o agradecimento à oferta do livro e do DVD. ----------

Período Antes da Ordem do Dia.----------

------ O Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho referiu que tomou conhecimento do *e-mail* do Senhor Dr. Miguel Fonseca em relação à empresa, Águas Glaciar e, quando se menciona na Notificação Judicial Avulsa que a morada que serve de sede ao Executado, é uma casa de família, que se encontra encerrada e desocupada há mais de dois anos, para ele, isto não é estranho. Já por várias vezes disse que a empresa Glaciar ou uma sua subsidiária, segundo consta, já teve sede, há alguns tempos (consta em ata), algures no Concelho de Almada, num contentor no meio de um descampado. Até aí já houve residência postal. ----------

Prosseguiu dizendo que é um hábito sucessivo, facultarem uma residência postal onde, curiosamente, não reside ninguém. Mas lembra-se que há alguns tempos atrás, quando ele era Presidente da Câmara, quando havia a necessidade de se fazerem notificações, encontrava-se sempre alguém a quem notificar. ----------

------ O Senhor Vice-Presidente salientou que a notificação foi feita. ----------

------ O Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho continuou dizendo que leu o documento e verificou que a notificação foi efetuada a um funcionário da empresa, que decidiu não conhecer a notificação e que disse não assinar nada, mediante diretrizes do responsável pela empresa. Todavia, quando ele era Presidente da Câmara, foram feitas várias notificações e eram sempre assinadas por alguém com responsabilidade na empresa. Agora, não há ninguém na empresa com responsabilidade. Na residência postal ninguém reside e fica a empresa sem

ser notificada. Portanto, o documento agendado para apresente reunião de câmara serve para dar conhecimento que o responsável da empresa não foi notificado. Relevaria esta situação, pois quando os responsáveis não querem assumir responsabilidades, estas coisas acontecem e vão "chutando", "chutando" e chega ao último patamar da hierarquia, que não tem responsabilidades nenhuma. E só decidiu falar nesta questão, não pela forma da notificação mas, pelo conteúdo. O conteúdo da notificação não corresponde, em nada, àquilo que tem sido tratado na reunião de Câmara. Depois da Câmara, no início de 2014, ter perdido a titularidade de posse da água e ter perdido a vontade de a defender. Assim o depreendeu pelo que foi dito em reunião de Câmara e da Assembleia Municipal realizada em Vale de Amoreira, na última vez que se referiu à Águas do Zêzere e Côa, S.A., quando salientou a sua preocupação em relação às palavras do Senhor Presidente da Câmara, quando disse que a água já não é da Câmara.----------

Continuou dizendo que vincou a sua preocupação dizendo que quando o Presidente da Câmara diz isso, está a dar de barato que a água já não é da Câmara e não pensa defender a titularidade de posse de licenciamento da água. Portanto, esta é a questão mais grave no meio disto tudo. Em 2014, a Glaciar ou outra empresa subsidiária, registou a seu favor a água e, como Presidente de Câmara, já teria movido tudo o que lhe fosse possível, para impedir que isso tivesse acontecido. Sabe-se disso se forem ao processo que os Senhores devem conhecer neste momento melhor do que ele, Vereador Carvalhinho.----------

Prosseguiu dizendo que sabe o que lhe foi dado a conhecer durante a sua gestão como Presidente da Câmara e, daí para cá, conhece aquilo que lhe é presente em reunião de Câmara. O Senhor Vice-Presidente deve conhecer o processo todo, visto que também gere a Câmara. Portanto, deve ter reparado que houve uma tentativa de registo da água a favor das Águas Glaciar e, a Câmara anterior não deixou. Por todos os meios foram impedidos, até junto da Direção-Geral de Geologia e Minas a quem alertaram. Podem-lhe dizer que houve uma manigância de um diretor geral que junto do Senhor Secretário de Estado da tutela que, estando ele em Bruxelas, fez com que despachasse e assinasse, via internet, com assinatura digital, favoravelmente em relação às Águas Glaciar. Pode dizer-lhe isso e admite que até possa ter acontecido. O que não pode admitir é que a Câmara fique impávida e serena e não tenha movido (até agora ainda não tem conhecimento e se o fez terá de o provar em reunião de Câmara) uma ação judicial, como aqui foi proposto e assumido, à Direção-Geral, à Secretaria de Estado, à Glaciar, a quem tenha que ser para que a água não fique na posse da Glaciar, como está neste momento. Depois de ter ouvido o Senhor Presidente da Câmara dizer na Assembleia Municipal que a água já não é da Câmara percebeu, claramente, o que quer dizer. Todavia, o conteúdo desta notificação tem a ver com outra questão, que também não foi resolvida da forma como aqui foi decidido, visto que o que foi decidido é que a conduta era da Câmara e, enquanto

não se conseguisse recuperar a água para a posse da Câmara, ir-se-ia impedir o transporte na conduta e que, a partir de um determinado momento, a Câmara faria o corte da água para impedir a utilização da conduta. Foi isso que ficou definido e aquilo que agora vê, não corresponde. O que vê é: notificar a empresa para o pagamento de uma renda por utilização da conduta, coisa de que nunca foi dado conhecimento em reunião de Câmara. Contraria o que foi definido, toma-se outra atitude, nada foi dito, calculam rendas, notificam das rendas (não aceitaram a notificação). Porém, todo este processo está enviesado em relação ao que foi tratado em reunião de Câmara e nada do que foi tratado, foi cumprido até agora. Para ele, isto é grave, porque o conteúdo da notificação à Glaciar não está de acordo com tudo o que tem sido decidido em reunião de Câmara, com propostas de todos, em que todos foram concordantes e ficou deliberado mas até agora, não foi executado. O que está a ser executado é uma notificação, com efeitos diferentes do que foi definido em reunião de Câmara. Deixa esta nota para que, na aproxima reunião de Câmara se possa voltar ao assunto, visto que já estará presente o Senhor Presidente, porque esta questão tem de ser esclarecida. ----------

Continuou dizendo que desconhecia que a Câmara iria cobrar rendas às Águas Glaciar e que já tinha sido definido também cobrar rendas pela utilização da conduta. O que foi dito em reunião é que a conduta é da Câmara e que a Câmara vai desligar a água, pura e simplesmente. Tudo está enviesado e é um processo muito perigoso e extremamente nebuloso e, desconhece quando é que a fábrica de águas estará libertada para que, de facto, quem pensa que comprou no tribunal, possa vir a operar no futuro. Se alguém está satisfeito com a quebra de postos de trabalho, ele não e, pensa que nenhum dos membros do Executivo está. Quem estará a sentir-se bem e "a puxar para dentro" deve ser o "tal" da Glaciar, que vive numa casa desabitada, na Covilhã e que ninguém sabe sequer onde anda. Ele deve estar a sentir-se bem porque, nem o comprador da fábrica está neste momento instalado, nem a fábrica está a funcionar devidamente, não diria a 100%, porque seria impossível mas, pelo menos, com vista a garantir o máximo de postos de trabalho em Manteigas. ----------

Prosseguiu dizendo que existe um imbróglio, em que estão envolvidos o gerente da Glaciar, quem comprou massa falida (que está à espera de uma decisão final) e a Câmara que, segundo lhe parece, não tomou as posições mais corretas, porque não estão de acordo com as decisões que têm sido tomadas até aqui e, quando se tomam outras decisões, têm que ser trazidas à reunião de Câmara para serem bem percebidas. ----------

Continuou solicitando que o Senhor Vice-Presidente lhe dissesse, depois de ter trazido a conhecimento um parecer do Senhor Dr. Miguel Fonseca em relação a ajudas de custo pedidas por um deputado municipal, sobre se já foi respondido? Na altura, manifestou que achava estranho trazerem o assunto a reunião de Câmara. Se um deputado Municipal pede uma

informação à Câmara, ela só tem de a ceder. Porque é que tem de ser presente a reunião de Câmara? A Câmara não tem que autorizar. Foi-lhe respondido que como tem a ver com o processo onde estão envolvidos valores de ajudas de custos, que foram pagos enquanto eram Executivo desta Câmara, indagou-se junto do advogado sobre se se deveria facultar esses dados. No seu entendimento, deveriam ter-lhe perguntado e ao Senhor Vereador Fraga se queriam que os dados fossem tornados públicos, ou não. Nem teriam de perguntar nada, porque os dados são públicos, pois o que está na Câmara é público. Não é secreto. Todavia, tendo em conta que lhe foi dito que a informação continha dados pessoais, teriam de perguntar primeiro e uma vez que os tem, deveriam ser lhe fornecidos, pois quer ter conhecimento dos dados que irão ser fornecidos à Assembleia Municipal, para comparação de todos os dados que foram pedidos pelo deputado da Assembleia Municipal, os que dizem respeito a eles, Vereadores da oposição e os que dizem respeito ao Executivo em funções. De seguida, solicitou que, no final da presente reunião, lhe fosse facultada uma cópia desses elementos. ----------
Prosseguiu evocando que no mandato em que foi Presidente da Câmara foi "crucificado", publicamente, através de crítica pública "à boca cheia e à boca grande", por ter decidido mandar fazer uma intervenção nas árvores à entrada da Vila, porque ameaçavam ruína e queda. Todavia, no ano seguinte, já não era Presidente da Câmara e, na gestão atual, degolaram as árvores outra vez. Aí, os Vereadores da oposição não criticaram, mas foram indagando sobre se teria sido necessário, pois as árvores tinham sido sujeitas a um corte significativo. Foi-lhes respondido que foi porque crescem rápido. Mas, de facto, foi entendido na segunda vez que foram cortadas que, se calhar, teria sido um corte demasiado profundo. Curiosamente, passou lá há pouco e estão com o mesmo corte profundo, se bem que nem todas estão iguais. Admite que não tem conhecimentos técnicos e é para informarem o Executivo que os técnicos existem nas Câmaras e, sempre que tinha alguma dúvida, consultava-os sempre. Em assuntos técnicos, nunca se meteu. Contudo, entende que o corte teve um peso e duas medidas: algumas foram cerceadas pelo tronco principal; as outras têm uma cumeada em volta e parece que estão melhores. Mas a maior parte delas voltaram a ser completamente degoladas. Se lhe disserem que é assim que tem de ser porque, tecnicamente, é assim que as coisas acontecem, não se pronuncia mais. Porém, pessoalmente, gostava mais de ver um corte menos acentuado e que desse a ideia no final da Primavera e no Verão, que já fossem árvores com uma copa outra vez.-
No que concerne ao aluimento de terras na entrada da Vila, na rua Esteves de Carvalho, verificou que o buraco continua lá. Faz um mês que disse que ainda era cedo para se exigir uma reparação rápida. Contudo, daí para cá, já decorrerem vinte nove dias e está tudo exatamente na mesma. Pode-se questionar de quem é a responsabilidade: a Câmara não aceita a desclassificação da estrada e a responsabilidade será da Infraestruturas de Portugal. A

Infraestruturas de Portugal diz que não e a Câmara, na mesma, não aceita fazer as obras. Seja de quem for a responsabilidade, alguém terá de pagar no final. A Câmara deve tomar uma iniciativa fazer as obras. É que, felizmente, já terminou o Inverno, mas ainda vem o mês de abril que também é bastante chuvoso e a preocupação manifestada nesse momento, não foi só pela falta de brevidade na resolução do problema, foi porque o local está exposto a novas chuvadas e, ultimamente, os cataclismos naturais são aquilo que são e, de um momento para o outro, pode acontecer um em Manteigas e desconhece-se se aquela estrada fica completamente aberta, ou não. Seja de quem fôr a responsabilidade, compete à Câmara ter uma ação rápida. De seguida, solicitou que o informem quando é que as obras estarão feitas e quando é que se elimina aquele potencial perigo para quem passa. ----------

Prosseguiu dizendo que relativamente ao estudo sobre a longevidade em Manteigas, ficou extremamente contente e satisfeito quando se falou, pela primeira vez, nesse facto felizmente constatado, pensa que por uma jovem académica, na sua tese de mestrado ou doutoramento, que chegou à conclusão que, no País, Manteigas é o território com a maior longevidade e, na Europa Central aproxima-se também do topo no que diz respeito à longevidade. Contudo, ficou por perguntar (desconhece o estudo) se também menciona quais são as razões dessa longevidade ou se apenas recolheu dados e elaborou um gráfico, para perceber onde está a maior longevidade. Desconhece se estudou as razões mas, se não estudou, deixa um desafio: que a Câmara contacte a jovem académica e que a desafie a desenvolver um estudo que clarifique o que é que contribui para a longevidade em Manteigas. Porque, esse contributo conhecido por nós, potenciado por nós e propagandeado por nós, pode trazer para Manteigas, mais um fator determinante na evolução económica. Toda a gente procura, pelo País, instituições onde os idosos se sintam bem, onde tenham qualidade de vida, onde vivam, onde passem mais tempo da sua velhice com condições de saúde, se Manteigas chegar à conclusão que tem esse potencial, isto levaria certamente a que empresas (existem empresas que estão vocacionadas para estas áreas) estivessem "com os olhos postos" em Manteigas. Não tem dúvida nenhuma e d'aí também, os idosos e os seus familiares. É um veículo de promoção do Concelho de Manteigas. De seguida, perguntou sobre se a Câmara já contactou a jovem. ---------

Continuou dizendo que sabe que uma televisão já fez um trabalho sobre o assunto que, do seu ponto de vista, não está bem elaborado. Diz que Manteigas é o Concelho com a maior longevidade do distrito, do País e quiçá até da Europa e não explicou por que razão isso acontece. Não se viu um interesse em levar isto a um estudo mais aprofundado e trazer para o Concelho de Manteigas, mais um fator de predominância, no que diz respeito à qualidade de vida. Ainda por cima, esqueceu-se, também, (se calhar não chegou ao conhecimento da jornalista) que há uma instituição em Manteigas, em particular, onde as pessoas vivem mais

tempo, na Santa Casa da Misericórdia. Algumas ficam em casa e no Lar de Vale de Amoreira onde também atingem elevada longevidade e porquê? Se calhar, porque têm bons cuidados, têm bons profissionais e, esses bons cuidados (o acompanhamento dos tempos livres, tempos lúdicos, o acompanhamento na área da saúde e bem-estar), provavelmente, estão acima da média. Porque não, também se potenciarem as instituições de Manteigas por via desse conhecimento, ou dessa investigação que tivesse que haver. Contudo, ficou-se por algumas conversas de rua e junto ao rio e frases que, do seu ponto de vista, não contribuem minimamente para clarificar sobre porque é que em Manteigas existe longevidade. Pensa que deve haver algum pudor nisto e é preciso utilizar as coisas para o crescimento de Manteigas. A exposição deste, ou daquele, ou desta ou daquela ideia, às vezes, parece-lhe mais estapafúrdia do que outra coisa.----------

Finalizou dizendo que deixa este seu contributo para que, de facto, possa ser da iniciativa da Câmara, o que diz respeito ao reconhecimento da longevidade e que averigue porque existe longevidade e fazer disto mais um vetor de potenciação do Concelho de Manteigas.----------

-------O Senhor Vereador António José Ascenção Fraga solicitou esclarecimentos sobre a questão da empresa de águas Glaciar e tudo o que se relaciona com a mesma, que está submetida a um PER – Plano Especial de Revitalização. Perante o que tem visto e continua a ver, ou Portugal é mesmo um Estado de Direito, ou então afigura-se-lhe um duplo caso de polícia. Quem tem direito a um PER e depois se desconhece onde vive o gerente, onde está sediada a gestão da empresa, é caso para se escrever ao Senhor Primeiro Ministro a expor o facto. Algo não está bem, o incumprimento legal compensa. ----------

Prosseguiu focando um aspeto: no dia 03 de março do ano em curso, na homenagem a D. Albino Cleto, Ilustre Manteiguense, em que foi lançado um livro biográfico, tem de lamentar não ter visto a Câmara representada ao mais alto nível. Acha que o Manteiguense Albino Cleto, independentemente do seu desempenho digno como sacerdote e bispo, foi embaixador de Manteigas por onde andou, merecia essa presença. Contudo, ficou satisfeito por ver o Senhor José António dos Santos (jornalista que escreveu a obra) dizer "*...ditosa terra esta que produz filhos de tanta qualidade, e não me estou a referir só ao D. Albino Cleto...*". Registou a referência com agrado, quer como autarca, quer como Manteiguense. ----------

Continuou dizendo que, em tempos, o Senhor Vereador Paulo Estrela, referiu que existem plantas mais vocacionadas para o Verão e outras mais vocacionadas para o Inverno. Agora, que entrou a Primavera, não vê flores no Concelho. Desconhece se é estratégia política. Também há canteiros muito próximos do edifício da Câmara, de índole municipal, muito mal tratados, é confrangedor e muito estranho.----------

De seguida, perguntou sobre se irão ser plantadas flores ou se os canteiros irão desaparecer. Já nem questiona se as flores serão plantadas nos vasos, a que alguém chamou de "penicos". No entanto, gostaria de ver flores no Concelho.----------

No que concerne ao corte das árvores na entrada da Vila, também o surpreende o corte radical efetuado. Esperava um arranjo ou uma poda por causa dos fios elétricos, mas um segundo corte desta maneira, não entende. O primeiro corte efetuado no mandato anterior foi quase obrigatório por razões de segurança.----------

Quanto à questão dos CTT, vai falar nisso por um motivo: ouviu na última Assembleia Municipal esta frase *"... o Quintal do Ferrão não foi culpa desta Câmara. Ou foi dos CTT ou da anterior Câmara..."*. Curiosamente, nesse mesmo dia foi-lhes fornecida uma informação que é muito clara quando à culpabilidade. Ouviu dizer à Senhora Dra. Gabriela Cravinho, Chefe da Divisão de Administração Geral, que só para estabelecer contactos com os Senhores Engenheiros dos CTT, foi uma dificuldade extrema. Todavia, ouvir a frase que ouviu, pela parte que lhe toca e pelo Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho, que na altura era o Presidente da Câmara e que fez o que podia, a informação confirma a sequência dos acontecimentos e, dito daquela maneira pelo Senhor Presidente, não pode aceitar.----------

------ O Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho referiu que, questionada a Senhora Chefe de Divisão, presente nesse momento na reunião de câmara em relação a este processo, sobre de quem tinha sido a culpa, a Senhora disse claramente que foi dos CTT. Isso não consta da ata dessa reunião, nem ele quis que constasse, visto que foi uma declaração de uma funcionária. Se fosse uma declaração dos Membros do Executivo gostaria e exigiria que constasse da ata. Não quer envolver os funcionários da Câmara nas discussões dos Eleitos Locais mas foi dito pela Senhora Chefe de Divisão em resposta ao Senhor Presidente da Câmara "*...A culpa foi dos CTT, não foi da Câmara...*". ----------

------ O Senhor Vice-Presidente começou por falar do assunto da água, que já foi objeto de muitíssimas polémicas há já alguns anos. Está a falar do mandato anterior, em que fez parte da gestão da Câmara, em que o dono da empresa que na altura ainda era da Da Nascente e que achava que podia fazer chantagem com a Câmara mas, nunca chegou a fazer. A seguir, houve um período em que foi renegociado o contrato de acordo com as partes mas, até ao momento, a Câmara ainda não recebeu nenhum valor sequer desse contrato que foi renegociado em condições muito vantajosas para a empresa e nem sequer os gastos do fornecimento de água para o próprio consumo, não industrial, pagou. Os contadores estavam sempre a zero visto que o empresário utilizou a água de engarrafamento para essas finalidades. Todos sabem que houve uma primeira insolvência, uma segunda da Da Nascente e, na sequência da insolvência da Da Nascente em 2012, já houve dois leilões. No primeiro, a única pessoa interessada foi a própria

empresa através da empresa Glaciar. Depois, não se concretizou porque o Administrador da Insolvência não aceitou a oferta por achá-la muito diminuta em função da avaliação que ele considerava da empresa. A seguir, houve um segundo leilão em que apareceu uma pessoa que a Câmara considerou que tinha potencial para explorar de um modo significativamente diferente aquela unidade industrial e a Glaciar recorreu para o Tribunal da decisão do Administrador de Insolvência. Portanto, o segundo leilão ficou "pendurado". A seguir, a Câmara recebeu a informação de que o Administrador da Insolvência estava a preparar o terceiro leilão. Julga-se que está para acontecer. Esta nota de conhecimento que foi distribuída, nada tem a ver com toda a divergência que existe em relação à Secretaria de Estado da Energia. ----------

Continuou evocando, porque aconteceu no dia da inauguração da BTL, o Senhor Presidente foi com o Senhor Dr. Miguel Fonseca e a Senhora Dra. Paula Rabaça reclamar junto do Senhor Secretário de Estado (já o Senhor Diretor Geral de Geologia e Mineralogia tinha transmitido a licença de exploração para a Glaciar). A Câmara interpôs uma ação judicial e, presente a tribunal, foi dada razão à Câmara Municipal. Depois disso, o tribunal indeferiu a concessão por ilegitimidade de despacho, visto que o senhor Diretor-Geral não tinha competência para tal e, como não tinha, foi apresentada esta questão ao Senhor Secretário de Estado, que despachou de igual forma. Portanto, em março de 2015, aconteceu a reunião com o Senhor Presidente,o Senhor Dr. Miguel Fonseca e a Senhora Dra. Paula Rabaça, que reclamaram junto do Senhor Secretário de Estado, da transmissão da titularidade da licença que, considerando que havia uma insolvência da Da Nascente, que já não havia justificação nenhuma para se manter a anterior licença de exploração e transmitiu-a à empresa que estava a laborar na altura e agora a Glaciar. Em relação a este aspeto, não só a Câmara manifestou veemente o seu desacordo, como foi dado conhecimento que foi interposta uma ação judicial contra o Senhor Secretário de Estado, que já foi comunicada várias vezes em reuniões do Executivo e da Assembleia Municipal, que está a decorrer nos tribunais. Já solicitou à Senhora Dra. Paula Rabaça que dê nota dessa ação contra o Senhor Secretário de Estado. Portanto, quando o Senhor Presidente da Câmara diz que a água já não é da Câmara, não é porque reconheça que assim seja, mas porque o Senhor Secretário de Estado da Energia assim considerou a água.----------

-------O Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho salientou que, enquanto não houver decisão em tribunal, a água continua a ser da Câmara. Isso é "dar de barato" a pretensão do empresário. ----------

-------O Senhor Vice-Presidente vincou que a Câmara não admitiu nada. Se a Câmara tivesse admitido, não teria ido para tribunal a invocar a sua legitimidade. ----------

-------O Senhor Vereador António José Ascenção Fraga referiu que não lhe parece bem que em plena Assembleia Municipal, que é pública, o Senhor Presidente transmita a ideia de que é um

facto consumado *"...A água já não é da Câmara..."*. Dito desta maneira, naquele momento e no órgão que é, leva a uma interpretação errada. Também pode ser usado, de certa forma, depois no recurso do processo judicial.----------

------ O Senhor Vice-Presidente admitiu que nem todas as pessoas estejam informadas sobre este assunto e salientou que a frase é uma citação daquilo que o Senhor Secretário de Estado diz *"...A água já não é da Câmara..."*.----------

------ O Senhor Vereador António José Ascenção Fraga lembrou que o Senhor Secretário de Estado disse *"...Mas agora já fiz o despacho..."*, como quem diz, não posso voltar atrás. Deveria ter sido mais cuidadoso, antes de lavrar o mesmo e pensar muito bem na decisão que estava a tomar.----------

------ O Senhor Vice-Presidente continuou dizendo que, enquanto as dezenas de ações judiciais que há contra a Glaciar, movidas por múltiplas partes e enquanto não houver uma insolvência da Glaciar (pensa que o passivo ultrapassa os dez milhões de euros), desconhece por que atos a empresa Glaciar vai sobrevivendo e vai vendendo água. Não consegue entender como é que isto acontece.----------

Prosseguiu dizendo que aquilo que foi considerado: a Câmara tem uma estrutura que não está registada em seu nome, terá de acontecer por usucapião, porque apenas existem alguns documentos de despesa do investimento que foi feito na captação. Depois, tem-se a outra situação da conduta. Foi entendido, mas sem uma certeza a 100%, que a conduta é uma contrapartida da exploração das águas do momento inicial. Aquela conduta já não é de quem a construiu mas será da Câmara, porque é uma contrapartida da licença de exploração que foi concedida em tempos. Hão-de ser os tribunais também a resolver esta situação. A Câmara disse que, a única maneira de pressionar a Glaciar a pagar alguma coisa (não paga o fornecimento de água), pode-se partir para a interrupção da conduta e, acontecendo desta maneira, já não há abastecimento de água à Glaciar. É a única hipótese que a Câmara tem com as dúvidas grandes em relação à legitimidade. Primeiro, porque não se tem o ponto de captação registado no património da Câmara. A Senhora Chefe da DAG está a tratar disso. E, quanto à contrapartida da conduta, a Câmara interpretou desta maneira, mas poderão haver outras interpretações.------

Relativamente às Ajudas de Custos, a informação foi produzida visto que foi ele que questionou por várias razões: a legitimidade do Senhor Presidente da Assembleia em pedir aqueles elementos. A competência é da Mesa da Assembleia, mas o advogado entende que o Presidente da Assembleia pode substituir-se à Mesa para pedir aquelas informações. Outra, teve a ver com a não aprovação das contas de 2015, pois não se sabia se se poderia estar a fornecer dados sobre contas que ainda não estavam aprovadas pela Câmara Municipal. Depois, em relação às Ajudas de Custo, estas estão a ser mal processadas desde há muito tempo e, nas

folhas de vencimento aparecem receitas que não deveriam lá estar, descritas daquela maneira. Verificou-se que nas folhas de vencimento e na contabilidade aparecem sob duas designações: "Ajudas de Custo", aqueles valores que estão tabelados em função do tempo, das horas de saída e chegada. Isto é igual para todos os colaboradores da Administração Pública. Depois, aparece "Ajudas de Custos – Transportes" e aqui, apareciam senhas de gasolina, dormidas, refeições, subsídio de transporte, portagens e estacionamentos, ou seja, um conjunto de despesas que nem tinham que ir à folha de vencimento, na sua ótica, e que aparecem genericamente como Ajudas de Custos – Transporte. Relativamente aos anos de 2012, 2013, 2014 as contas estão fechadas pelo que não há nada a fazer. Em relação a 2015, vai-se tentar corrigir estas situações criando contas acessorias, porque o subsídio de transporte não tem nada a ver com Ajudas de Custo, nem as refeições, nem dormidas em hotel e senhas de gasolina. Tem a ver com reembolso de despesas efetuadas ou subsídios. ----------

No que diz respeito aos cortes das árvores, não é adepto de grandes cortes e será o Senhor Vereador Paulo Estrela a prestar os esclarecimentos. ----------

Quanto ao aluimento da estrada E.N.232, num primeiro momento, a Câmara Municipal tentou coresponsabilizar a Infraestruturas de Portugal, porque foram eles que construíram a estrada e as águas de cima não estão convenientemente desviadas porque não são as águas que se concentram ali que irão provocar aqueles danos. Continuou dizendo que o Senhor Chefe da Divisão de Planeamento, Obras e Urbanismo (DPOU), Engenheiro João Gabriel esclarecerá sobre a matéria. ----------

Em relação ao assunto da longevidade, já se manifestou publicamente que não apreciou o trabalho jornalístico. Pensa que o tema foi mal explorado, não foram esclarecidos os conceitos, algumas pessoas nem sabem o que é a esperança de vida, a longevidade masculina, que é diferente da feminina. ----------

-------O Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho referiu que na intervenção do Senhor Vice-Presidente via conhecimentos de sociologia e acha que, tanto o Senhor Vice-Presidente, como o Senhor Presidente, que são da mesma área técnica, deveriam ter apresentado nestes termos. ----------

-------O Senhor Vice-Presidente retorquiu que não podia ensinar jornalistas. ----------

-------O Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho contra argumentou que não se tratava de ensinar ninguém mas algum pudor e algum cuidado com que se dá a cara por um território. As jornalistas também lhe colocaram muitas perguntas e muitas rasteiras mas, só se cai quando se quer. ----------

-------O Senhor Vice-Presidente replicou que foi realizada uma reunião, mais ou menos alargada, em que foram feitas várias recomendações: a jornalista falar com os médicos que

conhecem a razão pela qual isto acontece. Verificar as qualidades da água, do ar, os hábitos alimentares das pessoas, falar com pessoas que saibam transmitir as ideias. As pessoas não podem ser abordadas na rua sem serem preparadas. Algumas pessoas, designadamente casais, que foram recomendados, com cerca de noventa anos, que estão perfeitamente lúcidos e que poderiam ter falado, não foram entrevistados. Não pode obrigar a jornalista e ensiná-la a fazer um trabalho coerente. ----------

Prosseguiu dizendo que desconhece o estudo, pensa que será uma tese de mestrado e a única coisa que conhece é o artigo que saiu no Jornal de Notícias, que também pouco, ou nada diz. Ignora se é uma jovem académica, adulta ou aposentada. Não foi a Câmara que contactou a SIC, foi o canal de televisão que veio a Manteigas. Em relação à Santa Casa da Misericórdia, normalmente os entendidos nestas matérias consideram que a não institucionalização prolonga a vida das pessoas e, que há muitas pessoas que estão muito bem em casa e que quando são institucionalizadas definham de um dia para o outro. Isto são relatos do seu conhecimento. -------

Continuou dizendo que, a propósito do Senhor Vereador Fraga ter falado do PER da empresa Glaciar, não só houve um PER, como também houve fundos comunitários, do último quadro comunitário. ----------

Em relação à homenagem do senhor D. Albino Cleto, sabe que houve uma primeira homenagem em Lisboa e a Câmara nem sequer foi informada nem convidada. Teve conhecimento através de uma pessoa amiga. No dia em que isso aconteceu, não teve disponibilidade de agenda, motivo pelo qual não esteve presente. ----------

De seguida, deu conhecimento ao Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho da informação do Serviço Jurídico da Câmara relativamente à ação movida pelo Município de Manteigas contra o Senhor Secretário de Estado da Energia, tendo por objeto a impugnação do despacho do Senhor Secretário de Estado da Energia e finalizou solicitando que a Senhora Dra. Paula Rabaça prestasse alguns esclarecimentos sobre esta questão. ----------

------ O Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho referiu que a Câmara Municipal definiu em reunião de Câmara, que fosse interposta uma ação judicial contra quem deliberou e despachou a favor da Glaciar a titularidade de posse da água. E, até agora, ainda não foi dado conhecimento de nenhuma ação. Foi dito agora. Assim sendo, não necessita de mais nenhuma explicação. Agora, isso não invalida o que disse em relação à notificação, que foi o ponto central da sua intervenção, havida há pouco: a notificação que foi feita, não corresponde àquilo que foi deliberado em reunião do Executivo. O que foi deliberado foi, notificar a empresa para o corte da água e, o Executivo gestor está a negociar com a empresa o aluguer da conduta.----------

------ O Senhor Vice-Presidente contrapôs que a Câmara admitiu a possibilidade de cortar a água. Nunca foi deliberado nada sobre esse assunto. ----------

CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-------O Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho salientou que o que foi definido é que a empresa iria ser notificada para o corte da água, que iria ser dado um prazo (basta consultar as atas para certificação) e isso não foi seguido dessa forma. Em vez de se notificar para o corte da água, foi notificado para o pagamento de uma renda que, entretanto, foi negociada sem haver decisão que alterasse a decisão anterior que tinha sido tomada em reunião do Órgão Executivo. O ponto fulcral é exatamente este, não é mais nenhum. É que este processo já é enviesado de *per si* pelas empresas Da Nascente e Glaciar. Não pode a Câmara estar a enviesar também.----------

Prosseguiu concordando com o Senhor Vice-Presidente, quando disse que foi sempre um processo de chantagem. No mandato em que ele foi Presidente de Câmara, também quiseram fazer chantagem e foram notificados que ou assinavam a Adenda ao Contrato, independentemente de terem pago a água, ou não. A Câmara pode, neste momento, executar a dívida. Se o empresário tem, ou não, como pagar a dívida e se a Câmara tem produto para executar a dívida, isso é outra coisa. Agora, no seu mandato como Presidente da Câmara, também quis fazer chantagem, todavia disse-lhe que até ao dia 15 de julho de 2010, ou assinava a Adenda ao Contrato ou a Câmara cortar-lhe-ia a água e a equipa estava pronta para cortar a água definitivamente. Teve sorte, o empresário veio assinar a Adenda ao Contrato ou senão, neste momento, não tinha água. Nunca a Câmara cedeu a chantagem, ainda assim, o empresário vai fazendo vigarice sobre vigarice. ----------

Continuou dizendo que propôs que a Câmara intentasse em tribunal uma ação contra quem, indevidamente, recebeu rendas daquela água, ainda antes da água estar em nome da Glaciar. Prosseguiu dizendo que, ainda a titularidade era da Câmara, antes do despacho do Senhor Secretário de Estado, uma instituição em Manteigas recebeu a faturação de água fornecida à Glaciar e, perante isto, propôs que fosse instaurado um processo judicial para apelar a essa questão. Foi dito que era um caso de polícia porque alguém, indevidamente, estava a receber dinheiro pertencente a outra instituição. Todos sabem do que se trata. Foi o envolvimento dos Baldios com a Glaciar, que deu no que deu. E, receberam faturação da água, que é da Câmara. Com que legitimidade? Pergunta. E a Câmara, aí, não quis apelar.----------

-------O Senhor Vice-Presidente clarificou que a Câmara não pode interferir em negócios entre terceiros.----------

-------O Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho discordou e questionou sobre que se a Câmara tem a água faturada e há um terceiro que a recebe, a Câmara não pode interferir? ----------

-------O Senhor Vice-Presidente esclareceu que a Câmara reclamou os seus créditos junto da massa insolvente. ----------

------ O Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho voltou a questionar sobre a que título aparece uma entidade terceira, num contrato entre a Câmara e a empresa?----------

------ O Senhor Vice-Presidente contrapôs que desconhece de quaisquer valores recebidos pelos baldios. ----------

------ O Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho discordou e garantiu que receberam e que, se a Câmara quiser apelar a tribunal, é testemunha. ----------

------ O Senhor Vice-Presidente disse que, se o Senhor Vereador tem evidências, agradece que partilhe as mesmas.----------

------ O Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho salientou que já tinha proposto que a Câmara apurasse essa questão. ----------

------ O Senhor Vice-Presidente solicitou que fosse fornecida uma cópia da informação do serviço Jurídico (documento que já foi falado, por diversas vezes, nas reuniões de Câmara e da Assembleia), ao Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho, relativamente à ação movida pelo Município de Manteigas contra o Senhor Secretário de Estado da Energia, tendo por objeto a impugnação do despacho do Senhor Secretário de Estado da Energia.----------

------ A Senhora Dra. Paula Rabaça, Jurista da Câmara Municipal de Manteigas, referiu que este processo consta na listagem dos processos judiciais pendentes que é presente, regularmente, à Assembleia Municipal.----------

------ O Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho referiu que, no que toca a questão das Ajudas de Custo, com irregularidades, ou não, no registo das despesas, solicitou receber tudo o que está no extrato porque, na sua declaração de rendimentos de 2012 e 2013, tem mais do que aquilo que está mencionado na cópia do ofício que foi enviado ao Senhor Presidente da Assembleia, a prestar as informações sobre Ajudas de Custo do Executivo. --------

------ O Senhor Vice-Presidente clarificou que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou os montantes das Ajudas de Custo. Portanto, ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal tem que informar sobre os montantes das Ajudas de Custo. Não tem que dar mais informações do que aquelas que foram pedidas. ----------

Finalizou dizendo que quando solicitou que fosse efetuado o apuramento das mesmas também pediu que fosse feito relativamente às Ajudas de Custo dos Membros da Assembleia. ----------

------ O Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho concordou com a atitude e referiu que, na próxima reunião de Câmara, também irá solicitar a informação das Ajudas de Custo dos Membros da Assembleia Municipal, tanto em viatura própria, como em transportes públicos.------

------ O Senhor Vice-Presidente respondeu que esse apuramento da informação também está pedido. Já tem a informação dos Senhores Vereadores da Câmara e pode enviá-la no dia seguinte à presente reunião.----------

-------O Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho reforçou que a informação que está mencionada no ofício está errada e o que consta, é menos do que aquilo que tem declarado na sua declaração de IRS em Ajudas de Custo. Portanto, estes valores, ou estão errados, ou estão manipulados, no que diz respeito a ele. Não pode haver dois conceitos de Ajudas de Custo, uma para tramitação de Câmara e outra para a declaração de IRS.----------

-------O Senhor Vice-Presidente reiterou que o que consta do ofício foi a informação solicitada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. O resto da informação está recolhida, salvo a do Membros da Assembleia, e irá enviá-la por *e-mail*.----------

-------O Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho entende que o Senhor Vice-Presidente tem para si um conceito de Ajudas de Custo que não é o conceito que tem a Assembleia Municipal e que tem o fisco. ----------

-------O Senhor Vice-Presidente voltou a citar como exemplo as senhas de gasolina, que não são Ajudas de custos, visto que para gastou gastou o dinheiro é o reembolso de uma despesa e, na contabilidade da Câmara, aparecia como Ajuda de Custo, é isso que tem estado a explicar. Há contabilizações indevidas.----------

No seu entendimento, a informação ao Senhor Presidente da Assembleia está correta. ----------

-------O Senhor Engenheiro João Gabriel, Chefe da DPOU, referiu que a intervenção da estrada E.N.232 já é necessária, há bastante tempo e, num primeiro momento, foi contactada a Infraestruturas de Portugal, porque é uma estrada classificada como estrada nacional, executada por eles e, porque o protocolo não tinha sido cumprido até ao final, na parte da desclassificação. Foram efetuados vários contactos com a Infraestruturas de Portugal, com a estrutura mais regional que funcional mal, ou não funciona, porque tem muito pouco poder ou pouca autonomia. Foram efetuados contactos diretamente com Lisboa através de uma plataforma que criaram para os *Stakeholders,* neste caso, para os municípios, ainda chegou a falar com uma Senhora Engenheira do Porto, que fazia triagem do tipo de pedido que a Câmara estava a formular. Foram efetuados vários *e-mails* e contactos pessoais com técnicos dirigentes da Infraestruturas de Portugal e, nunca foi obtida nenhuma resposta oficial, para além de comunicações oficiais para a Infraestruturas de Portugal, em Lisboa. Nunca foi obtida resposta oficial para qualquer um deles. Num segundo momento, foi elaborado um estudo e relatório de ocorrência do que se passou, sobre as causas de ocorrência daquele aluimento de terras e de parte da via, que foi enviado para a Comissão de Coordenação da Região do Centro (CCDRC), no âmbito de um Fundo de Emergência que o Governo instituiu para que pudessem vir a ser ressarcidos, no futuro, pela intervenção que a estrada carece e, também foi remetido para a Secretaria de Estado da tutela, via CCDRC. Nesta altura, como já decorreu bastante tempo e é uma estrada estruturante para Manteigas, é a entrada da Vila e entrada do Concelho também, já se chegou à

conclusão que não se pode estar mais tempo à espera da colaboração, seja financeira, seja técnica, seja de que tipo fôr e, a Câmara, com os seus próprios meios e o seu projeto com a solução técnica (ainda não está orçamentado) vai fazer a obra. É a informação que, de momento, pode apresentar e não pode apontar um prazo de conclusão da obra, visto que também vai ser necessário desenvolver um procedimento para contratualizar um empreiteiro mas, a breve trecho, será feita a abertura de concurso. ----------

------ O Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho agradeceu os esclarecimentos e referiu que se as obras serão realizadas a curto trecho ou se é para continuar na mesma, sendo de quem fôr a responsabilidade, cabe à Câmara rapidez na resolução do problema.----------

------ O Senhor Vice-Presidente referiu que a Câmara não vai deixar de tentar responsabilizar as Infraestruturas de Portugal. Isso, em nada, prejudica a rápida intervenção no terreno.----------

------ O Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho entende que é uma questão de decisão e aqui se vê a forma de reagir aos problemas. Isto não tem nada a ver com a parte técnica, tem a ver com a parte política. ----------

------ O Senhor Vice-Presidente respondeu que a decisão foi rápida e que, provavelmente, também acontecia com o Senhor Vereador quando era Presidente da Câmara; as pessoas que representam o Governo descentralizado, não têm o mínimo respeito pelas câmaras municipais, seja elas quais forem. É vergonhoso o que acontece em relação à desconsideração com as mesmas. ----------

------ O Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho referiu que, às vezes, nem que se gaste mais algum valor em Ajudas de Custo, é preciso deslocar-se a Lisboa dar-lhes "uns abanões". ----------

------ O Senhor Vice-Presidente respondeu que a Câmara já se deslocou, por três vezes, à Águas de Portugal e só conseguiu a instalação dos caudalímetros, no conjunto de sete ou oito situações anómalas. ----------

------ O Senhor Vereador Paulo Jorge Ribeiro Estrela, no que diz respeito às flores, informou que estava tudo preparado para se proceder à plantação esta semana mas, segundo as informações meteorológicas, que previam queda de granizo, foram adiadas por uma semana. ----------

Quanto ao corte radical das árvores, não tendo conhecimentos técnicos sobre a matéria, não o criticou e também não gosta de ver as árvores assim. Inclusivamente, solicitou de imediato à Dra. Fernanda Cardoso que entrasse, logo, em contacto com o Encarregado de Pessoal para pararem os cortes, visto que não deu ordens nesse sentido, nem nenhum técnico responsável o terá mandado fazer. Vai apurar responsabilidades sobre quem faz esses trabalhos por autorrecriação, pois isto, não pode acontecer. ----------

CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-------O Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho referiu que não teria dito mais nada se o Senhor Vereador não tivesse falado nisso: é que as preocupações do Executivo do ano passado, caíram em "*saco roto*" e, porventura, na Câmara, cada um faz o que quer. ----------

-------O Senhor Vereador Paulo Jorge Ribeiro Estrela discordou das afirmações do Senhor Vereador e salientou que um erro, toda a gente comete. Agora, tem de se averiguar sobre o porquê de ter acontecido aquilo.----------

Ordem do Dia.----------

Aprovação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Câmara Municipal de Manteigas. ----------

-------Foi presente, para aprovação, o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Câmara Municipal de Manteigas – Versão 2016/01.----------

-------O Senhor Vice-Presidente referiu que este plano já não é novo só que, entretanto, saiu nova legislação e houve uma recomendação de uma inspeção, que esteve na Câmara, para se fazer uma atualização de acordo com a legislação mais recente. Embora se saiba que, normalmente, estas coisas não acontecem em dimensões de pequena escala mas nunca é demais prevenir tanto em relação à gestão, como em relação aos próprios colaboradores. Este Plano foi recomendado pela Procuradoria-Geral da República e é obrigatório. ----------

-------O Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho pensa que ninguém dos Membros do Executivo acha este documento dispensável naquilo que é a gestão autárquica, porque todos sabem que por mais correta que possa ser a gestão que se processe e por mais responsáveis que todos sejam na estrutura, seja ela de maior ou menor dimensão, há sempre riscos de algumas coisas correrem mal. Diria até que o nome do documento está um pouco exagerado, mas é assim que a lei prevê. Do seu ponto de vista, seria muito mais aplicável à dimensão do Município de Manteigas, algo onde esta palavra "*corrupção*" não estivesse tão acentuada. Isto vem fazer das instituições públicas, mormente as câmaras municipais que ao nível destas instituições, embora a lei o preveja, não têm estes instrumentos aprovados, nem os seguem, nem os desenvolvem e sabe-se disso mas, pese embora a necessidade de haver um documento desta natureza para prevenir riscos de mau funcionamento, quando se acentua a corrupção, continuam a fazer dos atores da atividade autárquica os maiores corruptos País quando isso não corresponde à realidade. Depois de analisar o documento, entendeu que é plausível. Vê que estão identificados alguns riscos com a frequência mais, ou menos elevada em função daquilo que é o funcionamento, neste momento, da Câmara Municipal. E por aquilo que aqui se diz, há de facto setores onde os riscos estão identificados com alguma possibilidade, principalmente quando se lê "*...pouco frequente...*". São de facto, muitas as áreas onde o risco é pouco frequente mas, ficaria mais satisfeito e todos também ficariam certamente, se em todas

estas áreas e setores da Câmara o risco fosse inexistente porque, numa boa parte deles, também o risco é inexistente e d'aí não tem nada a apontar. Já o preocupa quando vê apontados como "*frequente*" o risco identificado nalguns setores, como por exemplo, na Gestão da Qualidade (SGQ): ocorrência de não conformidades repetidas. A não realização de análises de frequências das decisões tomadas, tendo em consideração o SGQ, também é frequente. E, aponta mais uma em particular, porque há algumas que são frequentes, como por exemplo, no que diz respeito ao apoio jurídico-contencioso, a desadequação da medida de coima por não ponderação da situação económica do arguido ou por sistematicamente se fixar nos dos valores mínimos. Sabe que isto tem muito mais a ver com a decisão final do que, propriamente, com a instrução do processo. Esta, nem sequer deveria constar. Deveria constar noutra área, porque a instrução do processo aponta sempre para uma decisão final. E esta, é que às vezes não está de acordo com a informação técnica que aponta para parâmetros perfeitamente balizados no que diz respeito à fixação das coimas. Depois também se verifica a inexistência de um procedimento para o inventário do património histórico e cultural, que também é muito frequente, pese embora se reconheça que neste setor há qualificação suficiente e há quadro técnico suficiente para fazer esta inventariação do património histórico e cultural. Até pensou que estivesse a ser feito. Depois diz-se que são necessários, medida a proposta, mecanismos de controlo para este risco muito frequente, em que se propõe o desenvolvimento de um procedimento que regulamente a inventariação do património histórico-cultural. Curiosamente, não aponta para a falha ou a falta de quadros técnicos porque, de facto, existe um quadro técnico no arquivo e, se não fôr para fazer isto, não percebe o que é que faz. Portanto, é bom que este facto se corrija. Depois, nos Serviços Gerais, tem-se um risco identificado na alteração do comportamento ou simpatia do funcionário, no diálogo ou esclarecimento com os cidadãos que não apresentam relações de proximidade para com algum funcionário. Ou seja, se este é meu amigo, trato-o de uma forma, se não é meu amigo, trato-o da outra. E essa, está bem presente como "*frequente*". Entende que este estudo está feito com alguma consciência. Portanto, percebeu-se que quem fez este relatório entendeu, claramente, que os funcionários tratam de uma forma uns munícipes, e de outra forma, outros munícipes mediante a proximidade que tenham com eles. Está apontado como risco frequente que é de corrigir. Há mais alguns riscos frequentes que têm de ser corrigidos mas, entende perfeitamente porque é que são frequentes: a ausência de mecanismos que obriga à rotatividade dos elementos dos júris. Percebe-se que numa Câmara, com poucos quadros técnicos, tem que haver forçosamente repetição dos técnicos nos elementos dos diversos júris dos processos que se desenvolvem na Câmara. Este risco é difícil de debelar. Depois, como risco muito frequente, a ausência de ações de formação que põem em causa o princípio da equidade no acesso às mesmas. Também se

entende e tem que se debelar. Nos Recursos Humanos, o não cumprimento dos prazos legais estipulados para todas as fases do processo de avaliação, pois se percebe que é um setor com pouco pessoal. Tem havido um esvaziamento dos quadros municipais há anos. Há alguns riscos muito frequentes no Apoio Administrativo, como por exemplo, o incumprimento dos prazos e aponta para a contratação de recursos especializados, pode-se justificar que há poucos quadros e que a Câmara necessita de mais. Também tem de ser corrigido. Mas há um que lhe parece de maior realce e que justifica a sua intervenção: na Divisão de Planeamento, Obras e Urbanismo (DPOU), no que diz respeito à fiscalização das obras (leu as principais atividades) vê-se como "*muito frequente*" a falta de imparcialidade, potenciada pela intervenção sistemática de determinado técnico em processo do mesmo requerente. E depois, diz-se que pode acontecer devido à falta de técnicos e é verdade, pode acontecer. Pode acontecer a intervenção sistemática de um mesmo técnico mas o facto do mesmo técnico intervir, sistematicamente, nos processos do mesmo requerente, não pode levar a que haja falta de imparcialidade. Nisto não acredita. Quem é imparcial, é imparcial, trabalhe mais ou menos vezes, em maior número ou em menor número de processos do mesmo cidadão. Acha que por ter que interferir em dez processos da mesma pessoa, não tem que haver parcialidade em relação a essa pessoa. Nota que isto não estará bem apontado, isso não é justificação para a parcialidade. Porventura há aqui um outro setor onde lhe parece que a parcialidade é mais frequente, que é na fiscalização das obras. Não aponta tanto para a análise dos processos em si, mas para a fiscalização das obras e por isso é que leu quais são as principais atividades da DPOU. Porque aqui é que lhe parece que, de facto, há um peso e duas medidas. Não vai evidenciar eventuais irregularidades no Concelho de Manteigas, porque sabe o que é que aconteceria a seguir e não quer ser apontado por ninguém, de tentar perseguir alguém em particular. Só alerta para de facto, para que, no âmbito deste plano e da sua aplicação, haja uma atenção muito especial à fiscalização de obras, porque há obras particulares a decorrer no Concelho, que não têm placa de identificação e, se não tem placa de identificação, é porque não tem licenciamento e são passíveis de licenciamento. Estão bem à vista de todos. E aqui, há de facto parcialidade na apreciação e fiscalização destas obras que estão à vista. Tal como ele as vê, também os fiscais e o Executivo da Câmara as vê. Por conseguinte, alerta para esta situação. Têm-lhe chegado alguns recados, que se coíbe de trazer à reunião de Câmara porque nunca perseguiu ninguém pessoalmente e também não quer que pareça que haja perseguição pessoal mas, a fiscalização de obras deve ser mais imparcial e os Senhores Fiscais por ação própria, ou por ação induzida. De resto, aplique-se este plano e corrija-se o que há para corrigir.----------

------ O Senhor Vereador António José Ascenção Fraga deu nota que o surpreendeu um pouco, na parte da aquisição de bens e serviços e património, na página 42 do Plano, onde se diz *"...possibilidade de apropriação de bens municipais por parte de terceiros..."* , dado como frequente. Onde também se diz "...*deficiência ao nível da inventariação e avaliação de bens...*" também dado como frequente.----------

Prosseguiu dizendo que entende que deve ser corrigido, o que é passível de correção e que se cumpra com mais rigor o Plano e, naquilo que o Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho acabou de frisar, ninguém anda cá para perseguir ninguém pessoalmente, todavia a fiscalização deve ser imparcial. Espera que este Plano seja colocado em prática e os Munícipes sejam tratados com equidade. ----------

------ O Senhor Vice-Presidente referiu que há coisas neste Plano obtusas e abstratas que não correspondem, minimamente, àquilo que acontece nos serviços. De qualquer forma, prefere que um documento destes peque por excesso, do que peque por defeito e exemplificou com o caso da DPOU, quando a Câmara tem um só engenheiro a apreciar os processos, não pode dá-los a outros porque a Câmara não tem outros. O facto de existir risco, não quer dizer que as coisas aconteçam. Acha que é um bom instrumento de trabalho e os Senhores Chefes de Divisão, nas reuniões internas, hão-de falar nestes aspetos.----------

------ Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Câmara Municipal de Manteigas – Versão 2016/01.----------

------ Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.----------

Pedido de isenção de taxas administrativas de utilização do auditório do Centro Cívico, formulado pelo Agrupamento Escolas de Manteigas, para a realização da Palestra de Holografia.----------

------ Foi presente o pedido de isenção de taxas administrativas de utilização do auditório do Centro Cívico, formulado pelo Agrupamento Escolas de Manteigas, para a realização da Palestra de Holografia.----------

------ Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, isentar de taxas administrativas de utilização do auditório do Centro Cívico, formulado pelo Agrupamento Escolas de Manteigas, para a realização da Palestra de Holografia. ----------

------ Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.----------

Pedido de isenção de taxas administrativas de utilização do auditório do Centro Cívico, formulado pelo Agrupamento Escolas de Manteigas, para a realização da peça de teatro "Ai Inês".----------

CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-------Foi presente o pedido de isenção de taxas administrativas de utilização do auditório do Centro Cívico, formulado pelo Agrupamento Escolas de Manteigas, para a realização da peça de teatro "Ai Inês".----------

-------Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, isentar de taxas administrativas de utilização do auditório do Centro Cívico, formulado pelo Agrupamento Escolas de Manteigas, para a realização da peça de teatro "Ai Inês". ----------

-------Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----------

Deliberação sobre o exercício do direito de preferência acerca da proposta na alienação de ações próprias, formulada pela Águas de Lisboa e Vale do Tejo.----------

-------Foi presente o ofício com a referência S-LVT/2016/646, datado de 29-02-2016, sobre o exercício pelo Município do direito de preferência acerca das participações sociais que devem ser alienadas pela Águas de Lisboa e Vale do Tejo, à Empresa Águas de Portugal. ----------

-------Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, não exercer o direito de preferência. ----------

-------Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----------

Aprovação da proposta de Protocolo de Colaboração com o Condomínio do Prédio nº 17, da rua Dr. Sobral. ----------

-------Foi presente, para aprovação, a proposta de Protocolo de Colaboração com o Condomínio do Prédio nº 17, da rua Dr. Sobral.----------

-------Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de Protocolo de Colaboração com o Condomínio do Prédio nº 17, da rua Dr. Sobral.----------

-------Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----------

Deliberação sobre o ofício referencia 815, datado de 10-03-2016, do Município de Carregal do Sal, referente à alienação da sociedade Municipia, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A..----------

-------Foi presente, para deliberação, o ofício com a referência 815, datado de 10-03-2016, do Município de Carregal do Sal, referente à alienação da sociedade Municipia, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.. ----------

-------Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, não adquirir a participação social do Município de Carregal do Sal, referente à sociedade Municipia, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A., mencionada no ofício com a referência 815, datado de 10-03-2016. ----------

-------Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----------

Conhecimento dos Ajustes Diretos iniciados no mês de fevereiro de 2016.----------

CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

------ Foram presentes, para conhecimento, os Ajustes Diretos iniciados no mês de fevereiro de 2016.----------

------ A Câmara Municipal tomou conhecimento.----------

Finanças Municipais. ----------

------ Foi presente o Balancete de Tesouraria, respeitante ao dia de ontem, que acusa um saldo em dinheiro no montante de seiscentos e oitenta e nove mil e quatrocentos e quatro euros e cinquenta e cinco cêntimos (€ 689.404,55).----------

------ E nada mais havendo a tratar, sendo cerca das dezassete horas e cinco minutos, foi pelo Senhor Vice-Presidente declarada encerrada a presente reunião. ----------

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Vice-Presidente e pelos Senhores Vereadores presentes e por mim _____ Maria Gabriela da Palma Gomes Cravinho, Chefe da Divisão de Administração Geral, que a redigi. ----------